

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Cel Inf **MARCOS AURÉLIO DE LIMA OLIVEIRA**

**OPERAÇÃO ACOLHIDA: REFLEXOS PARA O  
ADESTRAMENTO DOS CONTINGENTES EMPREGADOS.**



**Rio de Janeiro  
2022**

Cel Inf **MARCOS** AURÉLIO DE LIMA OLIVEIRA

Operação Acolhida: reflexos para o adestramento dos contingentes empregados.

*Policy Paper* apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Cel Inf Jair Rodrigues da **Cruz Júnior**

Rio de Janeiro  
2022

O48o Oliveira, Marcos Aurélio de Lima

**Operação Acolhida: reflexos para o adestramento dos contingentes empregados. /  
Marcos Aurélio de Lima Oliveira - 2022**

33 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Jair Rodrigues da Cruz Júnior

Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) —  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia: f. 29-32.

1 INTRODUÇÃO. 2 METODOLOGIA. 3 REVISÃO DE LITERATURA. 4 OPERAÇÃO  
ACOLHIDA. 5 RECOMENDAÇÕES. 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

CDD 355.4

Cel Inf **MARCOS** AURÉLIO DE LIMA OLIVEIRA

Operação Acolhida: reflexos para o adestramento dos contingentes empregados.

*Policy Paper* apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em 14 de OUTUBRO de 2022.

COMISSÃO AVALIADORA:

---

JAIR RODRIGUES DA **CRUZ JUNIOR** – Cel - Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército  
CPF 844.289.377-68 – email: juniorjair659@gmail.com

---

FERNANDO LUIZ **VELASCO** GOMES – Cel – Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército  
CPF 769.509.057-34 – email: flvg1426@gmail.com

---

MÁRCIO TOMAZ DE **AQUINO** – Cel – Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército  
CPF 981.034.667-00 – email: aquino.marcio@eb.mil.br

## **SUMÁRIO EXECUTIVO**

A República Bolivariana da Venezuela vive nos dias atuais forte instabilidade política decorrente de antagonismos internos, o que vem gerando grande crise econômica e psicossocial, que levou grande parte da população a migrar para os países fronteiriços em busca de melhores condições de vida, oportunidades de emprego ou por decorrência de perseguição política. Nesse sentido, devido ao grande aumento de venezuelanos em migração, buscando o acesso ao território brasileiro pelo Estado de Roraima, e o conseqüente impacto destes efetivos populacionais nas estruturas e serviços dos municípios brasileiros do entorno, como saúde, educação, moradia e emprego, o Governo do Brasil estabeleceu uma Força Tarefa Logística Humanitária para atender e controlar ao contingente de migrantes na região. Apesar das participações de militares do Exército Brasileiro (EB) em missões de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), a Força Terrestre não tinha vivência relevante neste tipo de atuação, o que trouxe dificuldades iniciais que possivelmente refletiram na necessidade de atualização de sua doutrina e seu preparo para atuar nesse tipo de atividade. Assim, nesse trabalho buscou-se analisar a Operação Acolhida no aspecto do emprego do Exército Brasileiro e seus reflexos para o adestramento de seus efetivos que atuaram na operação desde o seu início até os dias atuais.

Palavras-chave: Venezuela, Migração, Operação Acolhida, Exército Brasileiro

## **EXECUTIVE SUMMARY**

The Bolivarian Republic of Venezuela is currently experiencing strong political instability resulting from internal antagonisms, which has generated a major economic and psychosocial crisis, which has led a large part of the population to migrate to border countries in search of better living conditions, employment or as a result of political persecution. In this sense, due to the large increase in Venezuelans in migration, seeking access to Brazilian territory through the State of Roraima, and the consequent impact of these population groups on the structures and services of the surrounding Brazilian municipalities, such as health, education, housing and employment, the Government do Brasil established a Humanitarian Logistics Task Force to assist and control the contingent of migrants in the region. Despite the participation of Brazilian Army soldiers in peace missions under the aegis of the United Nations, the Land Force had no relevant experience in this type of action, which brought initial difficulties that possibly reflected the need to update its doctrine and its prepared to work in this type of activity. Thus, in this work, we sought to analyze the Operação Acolhida in the aspect of the Brazilian Army's employment and its reflexes for the training of its effectives who worked in the operation from its beginning to the present day.

Keywords: Venezuela, Migration, Operation Acolhida, Brazilian Army

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas
AED	Ação Estratégica de Defesa
Ba Ap Log Ex	Base de Apoio Logístico do Exército
CEE	Concepção Estratégica do Exército
CCOL	Centro de Coordenação de Operações Logísticas
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CMN	Comando Militar do Norte
CMNE	Comando Militar do Nordeste
CMO	Comando Militar do Oeste
CMSE	Comando Militar do Sudeste
EB	Exército Brasileiro
ED	Estratégia de Defesa
EFD	Estado Final Desejado
EM Cj	Estado-Maior Conjunto
EMD	Estratégia Militar de Defesa
END	Estratégia Nacional de Defesa
F Ter	Força Terrestre
HE	Hipótese de Emprego
MD	Ministério da Defesa
OCCA	Operações de Cooperação e Coordenação com Agências
OG	Órgãos Governamentais
OIAH	Organismos Internacionais de Ajuda Humanitária
OIM	Organização Internacional de Migração
ONG	Órgãos não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
Op Cj	Operações Conjuntas
PND	Política Nacional de Defesa
SIPLEx	Sistema de Planejamento do Exército
TTP	Técnicas, Táticas e Procedimentos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	7
<b>2 METODOLOGIA</b>	8
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA</b>	9
3.1 POLÍTICA E ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA	9
3.2 COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS	11
3.3 PREPARO DAS TROPAS DO EXÉRCITO	14
<b>4 OPERAÇÃO ACOLHIDA</b>	16
4.1 A CRISE NA VENEZUELA	16
4.2 A FORÇA TAREFA LOGÍSTICA HUMANITÁRIA	19
4.3 PREPARAÇÃO DOS CONTINGENTES DO EB A PARTIR DE 2018	21
4.4 A ATUAÇÃO DO EB E OS REFLEXOS PARA O ADESTRAMENTO	24
<b>5 RECOMENDAÇÕES</b>	26
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	27
<b>REFERÊNCIAS</b>	29

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com território de dimensões continentais, que possui mais de 15 mil quilômetros de fronteira com outras dez nações: Uruguai, Argentina, Paraguai, França (Guiana Francesa), Suriname, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru e Guiana. Características geográficas que o proporcionam papel relevante como líder regional, capaz de exercer influência nas atividades internas e externas dos países do subcontinente sul-americano (FERREIRA, REIS, 2020), além de atrair naturalmente a população de seus vizinhos por ser a potência econômica no subcontinente. Assim, as faixas de fronteiras terrestres brasileiras constituem-se em áreas de significativas interações e conexões sociais e econômicas. Entretanto, tais particularidades atraem também atividades ilícitas e o crime organizado transnacional (PONTES, 2021), problemas muito presentes na região há bastante tempo.

A imensa quantidade de recursos naturais de que o país dispõe, o nível de avanço tecnológico proporcionado aos que aqui vivem, ainda que inferior a grandes potências mundiais, conferem ao Brasil um considerável crescimento e desenvolvimento econômico, com um dos melhores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da América-Latina. Porém, o Brasil possui uma desigualdade econômica e social grande, havendo uma maior concentração de riqueza nas regiões Sul e Sudeste, enquanto nas regiões Norte e Nordeste se verifica maior nível de pobreza. O Estado de Roraima constitui uma parte das fronteiras brasileiras, estando localizado na Região Norte, possuindo pouco mais de 600 mil habitantes e uma economia desfavorecida em relação à distância geográfica do centro de decisões político-econômicas do país (PONTES, 2021).

A Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), estabelecem as diretrizes do executivo brasileiro no que tange ao entorno estratégico do país e os interesses nacionais a serem considerados nas relações com as nações vizinhas, onde está inserida a Venezuela.

A crise sociopolítica e econômica vivida pela Venezuela, desde meados da década passada até os dias atuais, provocou intenso fluxo de imigrantes venezuelanos para o estado de Roraima, impactando significativamente as estruturas de governança daquele Estado, principalmente nos setores de segurança e economia, onde aquela unidade federativa apresentou pouca eficiência em absorver esses imigrantes (PONTES, 2021).



Nesse cenário, por intermédio da Lei nº 13.684, de junho de 2018, o então Presidente brasileiro Michel Temer criou a Operação Acolhida, onde foi estabelecida a Força-Tarefa Logística Humanitária para o Estado de Roraima, com a intenção de dar suporte ao governo estadual nas atividades de acolhimento e apoio aos refugiados originários da Venezuela (CRUZ JÚNIOR, 2019).

Nesse contexto, coube ao EB, juntamente com outras instituições e agências, a incumbência de promover ações no sentido de mitigar e suprimir a crise que ali se instalara, a fim de reestabelecer o cotidiano do estado de Roraima, principalmente na capital do Estado, Boa Vista.

Assim, o Comando do Exército lançou mão de suas estruturas para o planejamento e execução da tarefa e, diante do ineditismo deste tipo de atividade e nas condições particulares que envolviam a operação, precisou ser resiliente no preparo e emprego dos contingentes envolvidos, gerando reflexos na sua doutrina.

## **2 METODOLOGIA**

No presente estudo, pretende-se realizar uma abordagem qualitativa do tema e será desenvolvido por meio de uma revisão das publicações oficiais relacionadas à Operação Acolhida e dos atuais manuais sobre as Operações Militares e o emprego do Exército, bem como uma análise dos documentos relacionados à Defesa (Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa, Livro Branco de Defesa, Constituição Federal, dentre outros) e sua ligação com a Força Tarefa Logística Humanitária, além de textos e artigos acadêmicos publicados e disponíveis na rede mundial de computadores. Serão apreciados também os relatórios disponíveis da Operação Acolhida a partir do seu início, em 2018.

Para tal, optou-se por desenvolver a presente análise através de uma questão chave que norteará nossas principais inferências: quais os reflexos da Operação Acolhida para o adestramento das tropas do Exército Brasileiro em ações de Cooperação e Coordenações com agências? A busca pelos argumentos que sustentam a solução para esta questão nos permitirá analisar de que forma foi conduzida a Operação Acolhida, bem como de que maneira refletiu esta Força Tarefa Logística Humanitária na preparação e no adestramento dos contingentes da Força Terrestre (F Ter) empregados, particularmente em operações de Cooperação e Coordenação com Agências.

Neste caminho, buscaremos descrever a Missão da Força Tarefa Logística Humanitária e o papel do EB nessa atividade, bem como identificar as

características de tal operação à luz da atual doutrina de emprego da F Ter. Procuraremos, também, identificar aspectos da preparação dos contingentes envolvidos, suas possíveis lições aprendidas, boas práticas e oportunidades de melhoria durante as ações desenvolvidas na Operação Acolhida.

Por fim, entende-se que o trabalho em tela poderá contribuir para o desenvolvimento acadêmico do tema por meio da identificação das possíveis atualizações realizadas nos documentos que norteiam o emprego da tropa nesse tipo de operação, tornando o adestramento da F Ter mais eficiente, tornando-a capaz de atender, em melhores condições, as demandas da sociedade e os interesses do Estado brasileiro.

### **3 REVISÃO DE LITERATURA**

O presente trabalho buscará fulcro nos principais documentos e legislações relacionadas à aplicação das expressões do poder nacional. Isto porque, a Operação Acolhida foi concebida no escopo dos interesses nacionais e em conformidade com os preceitos legais vigentes, sendo interessante discorrer tais normas, que avalizarão de forma mais sólida nossas inferências. Destacamos dentre estes a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, que juntamente com outras leis e decretos e manuais do Ministério da Defesa (MD) e do EB, serviram de base para o planejamento e desenvolvimento das ações da Força Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida.

#### **3.1 POLÍTICA E ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA**

##### **3.1.1 A Política Nacional de Defesa (PND)**

É o documento de mais alto nível para o planejamento de ações de defesa do País. Atualizada em 2012, encontra-se em apreciação pelo congresso nacional desde julho de 2020. Voltada prioritariamente para ameaças externas, a PND estabelece objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional visando a Defesa Nacional, e trata, subsidiariamente, da interação e da cooperação com outras atividades que visem a maximizar a capacidade da Defesa Nacional, garantindo ao Estado brasileiro o atingimento de seus objetivos. A PND contribui com a percepção de Segurança Nacional, entendida como a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial do país, bem como a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais (BRASIL, 2012).

A PND alinha-se, também, com os princípios constitucionais que orientam as relações internacionais do Brasil, assim como a projeção do País no concerto das Nações. Também estabelece como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (BRASIL, 2012). Nesse sentido, é lícito perceber que a Venezuela está inserida nos interesses nacionais prioritários do Brasil, sendo necessário acompanhar e evolução dos acontecimentos e as respectivas reverberações das instabilidades vividas, antecipando-se aos possíveis reflexos negativos para a segurança nacional e para a estabilidade regional.

A PND também discorre que as fronteiras demandam constante atenção, já que por elas transitam pessoas, mercadorias e bens, integrando regiões e aproximando o Brasil de seus vizinhos, ao mesmo tempo em que por elas são praticadas atividades ilícitas de natureza transnacional, requerendo constante vigilância e atuação coordenada entre órgãos de defesa e de segurança pública, além de estreita cooperação com os países limítrofes (BRASIL, 2012).

A PND cita ainda que a demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a aumentar, de tal maneira que o País poderá ser impulsionado a ampliar sua participação nesses tipos de missão. Além do aumento de sua influência política global, a atuação em operações internacionais estreitará laços de cooperação por meio das Forças Armadas e de agências participantes das missões (BRASIL, 2012). Neste aspecto, cabe destacar que a Operação Acolhida é uma operação de ajuda humanitária, que envolve várias agências governamentais e não governamentais, exigindo capacidades e habilidades próximas e similares às operações de paz e ações humanitárias desenvolvidas no exterior. Essas características serão melhor desenvolvidas nos capítulos seguintes do presente trabalho.

A PND destaca, ainda, como um dos Objetivos Nacionais de Defesa, o de contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais, com referência à participação brasileira nos diversos mecanismos de resolução de disputas na esfera dos organismos internacionais, buscando a confiança mútua, a colaboração nos interesses comuns e a cooperação em assuntos de Segurança e Defesa. Assim, essa busca pela manutenção da estabilidade regional é abrangida pelas ações humanitárias realizadas pela Força Tarefa Logística Humanitária.

### 3.1.2 A Estratégia Nacional de Defesa (END)

Em sintonia com a PND, a END orienta os segmentos do Estado brasileiro no que concerne às medidas que devem ser postas em prática para que os objetivos nacionais de defesa, previstos na PND, sejam alcançados. Estas medidas constituem as Estratégias de Defesa (ED) e as Ações Estratégicas de Defesa (AED). O País tem de ser capaz de projetar poder, visando ampliar a sua influência no concerto mundial; reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e a cooperação entre os povos; e exercer responsabilidades em ações humanitárias e em missões de paz, conforme os interesses nacionais (BRASIL, 2012).

A END delibera que o Exército deverá, também, ter a capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força Expedicionária, seja para operações de paz, de ajuda humanitária ou demais operações, visando atender compromissos assumidos diante dos organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior (BRASIL, 2012).

A END cita também, como Ação da Estratégia de Dimensionamento do Setor de Defesa, a de incrementar as capacidades das Forças Armadas para atuar em operações interagências, dando ainda mais respaldo para o desenvolvimento da Operação Acolhida.

Por fim, nota-se que a END elenca como estratégia de defesa a contribuição para a atuação dos órgãos federais, estaduais e municipais, referindo-se às atribuições subsidiárias das Forças Armadas, em cooperação com as diversas agências e instituições públicas nas instâncias dos três Poderes, comprometidas na manutenção do bem-estar da população e na conservação do nível de segurança no seu sentido amplo, por meio de ações estratégicas como, dentre outras, a de capacitar as Forças Armadas para cooperar com os órgãos públicos (BRASIL, 2012).

Por tudo isso, percebe-se que o papel desenvolvido pelo Exército nas ações de ajuda humanitária realizadas na Operação Acolhida vai ao encontro dos interesses nacionais naquele entorno estratégico de fronteira, encontrando-se em perfeita sintonia com as normativas de mais alto nível decisório.

## 3.2 COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS

De acordo com o Manual de Campanha do Exército EB70-MC-10.223 – Operações, os elementos da F Ter podem realizar três operações básicas: ofensiva; defensiva e de cooperação e coordenação com agências (OCCA). Tais operações

podem ocorrer simultânea ou sucessivamente, no amplo espectro dos conflitos, a fim de que sejam estabelecidas as condições para alcançar os objetivos definidos (BRASIL, 2017).

As OCCA são entendidas como operações executadas por elementos do EB em apoio aos órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos de forma genérica como agências. Tem por finalidade conciliar interesses e coordenar esforços para se atingir objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum. Procuram evitar a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções, direcionando os envolvidos a atuarem com eficiência, eficácia, efetividade e menos gastos (Brasil 2017).

Nessas operações, a liberdade de ação do comandante operativo é limitada pela norma legal que autorizou o emprego da tropa. Desta forma, seu emprego é episódico, limitado no espaço e no tempo. Normalmente, as OCCA ocorrem nas situações de não guerra, onde o emprego do poder militar é usado no âmbito interno e externo, não englobando o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais. São consideradas OCCA:

- a) garantia dos poderes constitucionais;
- b) garantia da lei e da ordem;
- c) atribuições subsidiárias;
- d) prevenção e combate ao terrorismo;
- e) sob a égide de organismos internacionais;
- f) em apoio à política externa em tempo de paz ou crise; e
- g) outras operações em situação de não guerra.

O Manual EB70-MC-10.223 elenca, também, como características comuns às OCCA:

- o uso limitado da força;
- a coordenação com outros órgãos governamentais e/ou não governamentais;
- a execução de tarefas atípicas;
- a combinação de esforços políticos, militares, econômicos, ambientais, humanitários, sociais, científicos e tecnológicos;
- o caráter episódico;
- a não subordinação entre as agências, mas sim a cooperação e coordenação;

- a interdependência dos trabalhos;
- a maior interação com a população;
- a influência de atores não oficiais e de indivíduos sobre as operações; e
- o ambiente complexo.

A referida publicação descreve, também, as atribuições subsidiárias como sendo aquelas estabelecidas por instrumentos legais, compostas por atribuições gerais e particulares. As atribuições gerais são cooperações com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República. As atribuições subsidiárias particulares constituem a cooperação com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia. Visam, ainda, à cooperação com os órgãos federais, quando necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução (BRASIL, 2017).

Relevante destacar que o manual em tela considera como ações sob a égide de organismos internacionais as OCCA que incluem a participação de elementos da F Ter em missões calcadas nas alianças do Estado brasileiro com outros países e em compromissos com organismos internacionais dos quais o Brasil seja signatário. O emprego de forças militares em ações sob a égide de organismos internacionais pode abranger os arranjos internacionais de defesa coletiva, as operações de paz, as ações de caráter humanitário e a estabilização (BRASIL, 2017).

Outro aspecto interessante a ser notado é que, conforme descrito no referido manual, o EB pode participar de ações de caráter humanitário, por determinação do MD, decorrente de decisão do governo brasileiro, em atendimento à solicitação dos estados-membros da ONU ou de qualquer outro organismo internacional do qual o Brasil seja partícipe (BRASIL, 2017).

Por fim, a referida publicação de referência destaca que o **emprego em apoio à política externa** constitui o uso controlado do poder militar, restrito ao nível aquém da violência, em reforço às ações de caráter político, diplomático, econômico e psicossocial.

Desta feita, diante dos conceitos e definições ora examinados, entendemos que esta última OCCA é a que melhor enquadra a Operação Acolhida, diante das características particulares até aqui percebidas, e em concordância com as impressões de oficiais especialistas e participantes dos diversos contingentes da operação, e para qual devem ser direcionados as ações de preparo e emprego dos

contingentes envolvidos.

### 3.3 PREPARO DAS TROPAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Será abordada a sistemática do Exército para efetivação do preparo da tropa para o cumprimento de suas missões constitucionais à luz dos principais arcabouços, com foco no que for aplicável às ações de ajuda humanitária e ações subsidiárias, buscando um melhor entendimento do assunto (BRASIL, 2017).

De início, a CEE, como parte do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), atua como um embasamento conceitual, decorrente de estudos, análises e avaliações, que direciona de que forma o Exército deve ser empregado para cumprir sua missão e, conseqüentemente, como deve ser organizado, articulado e preparado, tudo materializado no Plano Estratégico do Exército (BRASIL, 2017).

Compreende-se como Hipótese de Emprego (HE) a previsão do possível emprego das Forças Armadas numa determinada situação ou área de interesse estratégico para a defesa nacional. As HE são formuladas levando-se em conta o alto grau de indeterminação e imprevisibilidade de ameaças à nação. A Estratégia Militar de Defesa (EMD) (MD51– M-03) constitui-se num compêndio de HE baseadas em cenários prospectivos, onde as ameaças são difusas e indefinidas, não especificando inimigos concretos ao País (BRASIL, 2017). Nesse sentido, a atuação para manutenção da estabilidade socioeconômica das áreas de fronteira vai ao encontro das demandas de defesa nacional relacionadas às possíveis HE prospectadas para aquela região, como é o caso da Operação Acolhida.

A CEE trata, ainda, em seu capítulo II, das concepções estratégicas de EMPREGO do EB, retratando as situações para as quais a Força deve estar preparada, além de consolidar os tipos de operações que podem ser executadas em atenção à todas as HE (BRASIL, 2017).

Naquele capítulo, a CEE cita também as Operações Conjuntas (Op Cj) como sendo aquelas caracterizadas pelo emprego de meios ponderáveis de mais de uma força singular, com objetivos interdependentes ou complementares, sob um comando único, com representantes das forças singulares integrando seu estado-maior. Retrata ainda que as Operações Interagências são baseadas na interação das Forças Armadas com outras agências, visando conciliar interesses e coordenar esforços para o atingimento de objetivos ou propósitos consonantes com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos, evitando a dupla aplicação de esforços e recursos (BRASIL, 2017).

Cabe salientar que, conforme apontado na CEE, a situação de não guerra é aquela que, embora utilize o Poder Militar em maior ou menor medida, interna ou externamente, não envolve o combate convencional propriamente dito, salvo em circunstâncias especiais, onde esse poder pode atuar de forma limitada e seletiva (BRASIL, 2017).

Por fim, a CEE cita que o preparo da Força Terrestre visa a obtenção de capacidades operativas, de acordo com sua DOCTRINA, ORGANIZAÇÃO, ADESTRAMENTO, MATERIAL, EDUCAÇÃO, PESSOAL, INFRAESTRUTURA e INTEROPERABILIDADE (acrônimo DOAMEPII), que são fatores determinantes para se chegar nestas capacidades. Esse preparo será obtido por meio de ações contínuas nos campos do pessoal e do material, principalmente na instrução e adestramento, na disponibilidade de meios e pessoal, cooperando para que as tropas estejam em condições de participar de operações em ambiente Conjunto, Combinado ou Singular (BRASIL, 2017).

Outro importante instrumento normativo que dá suporte às ações como a Operação Acolhida é a Lei Complementar nº 97, em vigor desde junho de 1999, que delibera acerca das normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. A referida lei cita em seu artigo 13 que, para o cumprimento de suas missões constitucionais, cabe aos Comandantes das forças singulares o preparo de seus órgãos operativos e de apoio, obedecidas as políticas estabelecidas pelo Ministro da Defesa (BRASIL, 1999).

Este mesmo artigo determina em seus parágrafos que “O preparo compreende, entre outras, as atividades permanentes de planejamento, organização e articulação, instrução e adestramento, desenvolvimento de doutrina e pesquisas específicas, inteligência e estruturação das Forças Armadas, de sua logística e mobilização. No preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua destinação constitucional, poderão ser planejados e executados exercícios operacionais em áreas públicas, adequadas à natureza das operações, ou em áreas privadas cedidas para esse fim. O planejamento e a execução dos exercícios operacionais poderão ser realizados com a cooperação dos órgãos de segurança pública e de órgãos públicos com interesses afins.” (BRASIL, 1999).

Assim, tem-se inicialmente que a preparação das tropas do Exército deve estar alinhada com as hipóteses de emprego elencadas na EMD. Também fica evidenciado que essa preparação deve abranger as ações conjuntas e interagências, em todos os níveis. Percebe-se, ainda, que na preparação dos



efetivos para ações de não-guerra, deve-se dar ênfase à integração de elementos das diversas agências envolvidas nos exercícios de adestramento, utilizando-se espaços que permitam a maior realidade possível, sejam eles públicos ou privados cedidos para esta finalidade. Todas estas observações tem efeito no desencadeamento de operações em apoio à política externa e em ações subsidiárias, para as quais muito se aproximam as ações humanitárias como a Operação Acolhida, da qual falaremos a seguir.

#### **4 OPERAÇÃO ACOLHIDA**

A crise socioeconômica na Venezuela provocou o ingresso em massa de venezuelanos no território brasileiro, principalmente no Estado de Roraima, ocasionando sérias consequências para aquela região. Diante deste problema, em 2018, é assinada a Diretriz Ministerial 03/2018 na qual é criada a Força Tarefa Logística-Humanitária para o Estado de Roraima - Operação Acolhida, uma Operação Interagências com o objetivo de cooperar com os Governos Federal, Estadual e Municipal com as ações de assistência emergencial para acolhimento de migrantes advindos da Venezuela, em situação de vulnerabilidade, em decorrência do grande de fluxo migratório resultante de crise humanitária (MENDONÇA, 2020).

Cabe destacar que Operação Acolhida foi a primeira operação interagências de cunho logístico humanitário desenvolvida no Brasil, não havendo registros históricos desse tipo de atividade até 2017 (MENDONÇA, 2020).

##### **4.1 A CRISE NA VENEZUELA**

A República Bolivariana da Venezuela enfrenta na atualidade grave crise interna, que perpassa os campos político, econômico e social. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), é a mais grave crise humanitária ocorrida no mundo, ficando atrás apenas da Síria (DE SOUZA, LOPES, 2022).

A Venezuela fica no norte da América do Sul, e é banhada pelo mar do Caribe ao norte. Possui fronteira com a Colômbia a oeste, com a Guiana a leste e com o Brasil ao sul. Ocupando uma superfície de cerca de 916 mil km<sup>2</sup>, o país é detentor de diversas riquezas minerais, especialmente gás natural e petróleo, além de diversos outros recursos naturais. Cabe destacar que os venezuelanos possuem a maior reserva de petróleo comprovada do mundo (DE SOUZA, LOPES, 2022).

A crise política da Venezuela tomou vulto após a morte do presidente Hugo Chávez em 2013, quando seu vice-presidente, Nicolás Maduro, assume o poder no país, após vencer as eleições no mesmo ano. Durante o governo de Maduro, foram adotadas medidas econômicas que resultaram numa das maiores inflações do mundo. Tal situação desencadeou uma série de protestos contra o regime, com forte repressão do governo contra os manifestantes, o que facilitou a conquista da maioria dos assentos no legislativo do país. Desde então, vem ocorrendo forte disputa política entre apoiadores e opositores do governo Maduro (DE SOUZA, LOPES, 2022).

A queda do preço do petróleo em 2014 colaborou, em grande parte, para o agravamento da crise econômica venezuelana, época em que o preço do barril sofreu queda de US\$88,42 para US\$44,00, potencializado por uma economia pouco diversificada e sem investimentos expressivos no agronegócio ou na indústria. Assim, a forte redução nos recursos do governo, altamente dependentes daquela *commodity*, tornou mais difícil a manutenção das políticas de subsídios econômicos, degradando o apoio político interno (DE SOUZA, LOPES, 2022).

Tudo isso desencadeou graves problemas sociais, como desabastecimento de alimentos e medicamentos, desemprego, escassez no serviço de saúde e insegurança, levando os venezuelanos a se deslocarem para outros países.

O Brasil já apresentava atrativos relevantes, já que, na percepção dos venezuelanos, oferecia poucos empecilhos ao fluxo de migrantes, bem como a pré-existência de interações políticas, econômicas e sociais entre as populações fronteiriças na região norte, particularmente no Estado de Roraima; e a facilidade do acesso ao interior do Brasil via BR- 174, que liga Boa Vista/RR a Manaus/AM. Ademais, o empenho do governo brasileiro em bem acolher os migrantes e refugiados venezuelanos, com o fornecimento de abrigo, alimentação e saúde, além das oportunidades de emprego em outras regiões do país, aumentaram a atratividade do Brasil como destino dos migrantes (DE SOUZA e LOPES, 2022).

Figura 1: Principais destinos dos imigrantes venezuelanos.



Fonte: FT Log Hum - palestra institucional, 2020

Nesse contexto, a partir de 2014, cresceu exponencialmente o número de famílias venezuelanas cruzando a fronteira com o Brasil, objetivando melhores condições de vida, a maioria deles pelo Município de Pacaraima/RR, e de lá para as demais cidades e Estados brasileiros. Entretanto, grande número de imigrantes se manteve em Roraima, sobrecarregando os serviços públicos, como saúde e segurança, além da saturação do já incipiente mercado de trabalho local, causando relevantes impactos socioeconômicos (SALAZAR, 2021).

Figura 2: Principais acessos dos venezuelanos pelo estado de Roraima.



Fonte: F Tf Log Hum - palestra institucional, 2020.

Reconhecendo a gravidade do problema, o Governo Federal tomou as providências necessárias e estabeleceu a Operação Acolhida, por meio da Medida

Provisória 820/2018, convertida em Lei nº 13.684/2018 já citada anteriormente, que estabeleceu as medidas de assistência emergencial aos migrantes e refugiados venezuelanos e reconhece a crise humanitária, criando o Comitê Federal de Assistência Emergencial. No mesmo ano de 2018, foram estabelecidos os Decretos nº 9.285/2018, que reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório para o estado de Roraima, provocada pela crise humanitária da Venezuela, e nº 9.286/2018, que institui a governança da operação e define a composição, competências e normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial (CASA CIVIL, 2022).

Após isso, nos anos seguintes várias outras resoluções, medidas provisórias e portarias definiram aperfeiçoamentos e aspectos particulares da Operação Acolhida, indicando coordenadores, distribuindo recursos, estabelecendo subcomitês setoriais e dando suporte legal à operação.

Cabe salientar que a Operação Acolhida é um esforço conjunto da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro, da Força Aérea Brasileira e várias agências governamentais. Desde o seu início em 2018, o Ministério da Defesa estipulou uma substituição periódica das tropas que atuam na acolhida dos imigrantes venezuelanos (PORTAL R3, 2019).

#### 4.2 A FORÇA TAREFA LOGÍSTICA HUMANITÁRIA (FT Log Hum)

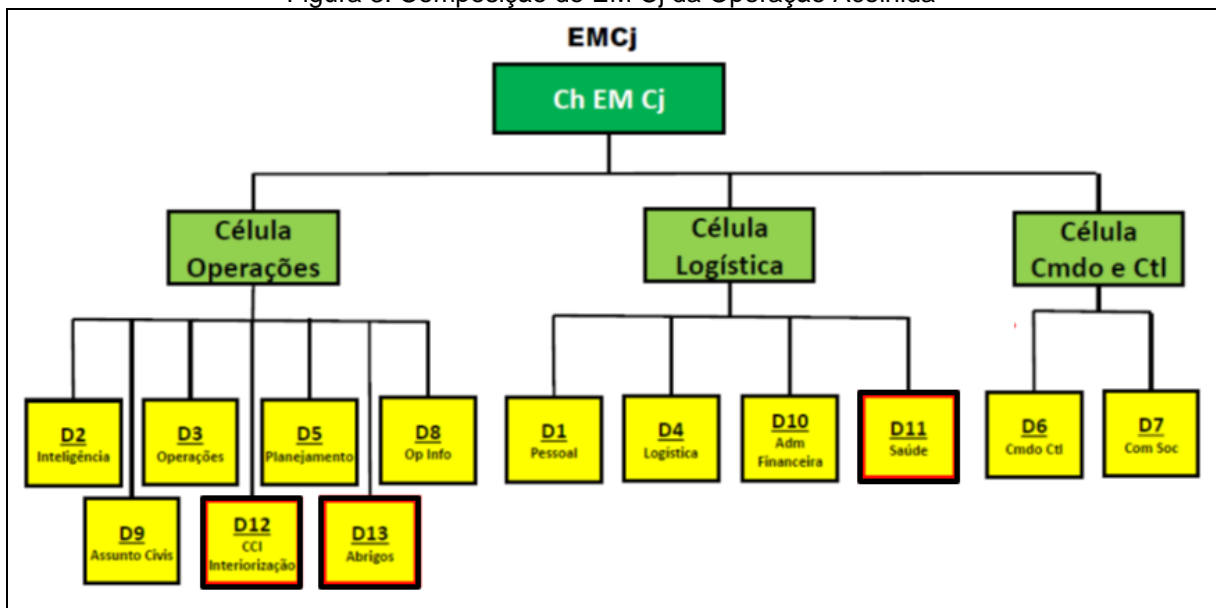
A FT Log Hum tem como missão cooperar com os governos federal, estadual e municipal nas medidas de assistência emergencial para acolhimento de imigrantes (residentes e refugiados) em situação de vulnerabilidade provenientes da Venezuela, devido fluxo migratório decorrente de crise humanitária. O propósito da coordenação geral foi atuar em sinergia com os órgãos governamentais (OG), organismos internacionais de apoio humanitário (OIAH) e organizações Não Governamentais (ONG), no preparo, estruturação, ações de ajuda humanitária e interiorização dos migrantes (KANAAAN, 2019).

Com as estruturas devidamente efetivadas e em operação, o ambiente que se quer estabelecer, ou seja, o estado final desejado (EFD) da Operação Acolhida é o ordenamento da fronteira, com um fluxo migratório controlado, com todos os imigrantes devidamente assistidos e em condições de serem absorvidos pelo sistema de ensino e integrados ao mercado de trabalho, participando do processo de interiorização ou regressando de forma voluntária ao seu país (KANAAAN, 2019).

Para tal, a FT Log Hum, considerada por sua natureza como uma operação conjunta e interagências, foi organizada em células, conforme a metodologia descrita no manual MD30-M-01 – Doutrina de Operações Conjuntas (KANAAAN, 2019).

Dessa Forma, a Operação Acolhida foi dirigida por um Coordenador Geral, assessorado por um Estado-Maior Conjunto (EM Cj) integrado pelas diversas células funcionais. Cada uma delas diz respeito a atividades específicas de execução, apoio e administração da operação. Além deste estado-maior, o Coordenador Geral conta com uma Assessoria Jurídica, extremamente importante na análise e tomada de decisão, diante das atuais demandas e do ambiente complexo que envolve uma operação militar desta natureza. Abaixo, uma visão da atual constituição deste estado-maior.

Figura 3: Composição do EM Cj da Operação Acolhida



Fonte: F Tf Log Hum - palestra institucional, 2020 (adaptado).

A **Célula de Operações** engloba as Seções de Inteligência (D-2), de Operações (D-3), de Planejamento (D-5), de Operações Psicológicas (D-8) e de Assuntos Cívil (D-9). A ela são integradas também a Seção de interiorização (D12) e a Seção de Abrigos (D13). Chefiada pelo D3, cabe à célula de operações a coordenação interagências, o controle e sincronização de todas as ações conduzidas pelos vetores civil e militar no gerenciamento das ações humanitárias (KANAAAN, 2019).

A **Célula de Logística** é responsável pela coordenação e controle das atividades logísticas no ambiente interagências. É composta pelas seções de

Pessoal (D1), de Administração Financeira (D10), de Saúde (D11) e de Logística (D4), sendo chefiada por este último (KANAAAN, 2019).

Cabe à **Célula de Comando e Controle** a estruturação dos sistemas de coordenação, controle, inteligência e comunicações. Engloba as seções de Comando e Controle (D6) e Comunicação Social (D7). Também gerencia os meios de tecnologia da informação utilizados na coordenação das ações conduzidas pelas diversas agências, proporcionando ao coordenador e seu EM Cj uma melhor consciência situacional. É chefiada pelo D-6 (KANAAAN, 2019).

Passaremos agora a discorrer acerca da capacitação dos contingentes militares do EB para atuar com eficiência nas atividades desenvolvidas na Operação acolhida.

#### 4.3 PREPARAÇÃO DOS CONTINGENTES DO EB A PARTIR DE 2018

Como citado anteriormente, não há qualquer registro de uma operação no país com as características da Operação Acolhida. As relevantes experiências internacionais vividas individualmente ou por tropas brasileiras nas décadas anteriores, seja em missões de paz, como Angola e Haiti, ou como observadores militares, permitiram um contato limitado daqueles contingentes com ações de ajuda humanitária. Esse ineditismo constituiu um desafio a ser superado na preparação destas tropas.

A preparação dos primeiros contingentes teve como base o manual MD30-M-01 – Doutrina de Operações Conjuntas e o manual EB 20-MC-10.201 - Operações em ambiente interagências (edição de 2013). Diversos artigos e trabalhos acadêmicos demonstram que a constituição do estado-maior, as missões e atividades de cada célula, as coordenações interagências e até mesmo as regras de engajamento aplicáveis tiveram base nestas normas.

Observou-se que, desde os primeiros contingentes, a seleção dos participantes levou em consideração as experiências e habilidades específicas de cada militar, com o objetivo de facilitar e tornar mais célere a adaptação às atividades lá desenvolvidas. Apesar do curto tempo disponível, a partida dos contingentes era precedida por uma preparação centralizada, sob coordenação dos comandos militares de área, o que garantiu a padronização de procedimentos e facilitou a integração entre participantes civis e militares.

No contexto das dificuldades enfrentadas pelo poder público local já citadas, FERREIRA e REIS (2020) apontam que o 1º Contingente da FT Log Hum RR foi

formado pela Base de Apoio Logístico do Exército (Ba Ap Log Ex) e suas organizações militares subordinadas, uma vez que nas cidades de Pacaraima e Boa Vista não havia instalações compatíveis com as demandas para o atendimento aos migrantes, sendo ativado um Centro de Coordenação de Operações Logísticas (CCOL), para planejamento e coordenação das atividades logísticas de transporte para essas localidades.

A intenção era aproveitar a experiência vivida pelo Exército, particularmente pela Ba Ap Log Ex, no transporte de materiais pela Amazônia, adquirida nos exercícios anteriormente realizados, como o AmazonLog, que foi um exercício multinacional interagências de logística humanitária, que propiciou o transporte de materiais via terrestre de outras partes do Brasil para a cidade de Boa Vista – RR (FERREIRA e REIS, 2020). Tal experiência foi importante como preparação, permitindo o aproveitamento das oportunidades de melhorias identificadas nessa atividade. Com o desenrolar da Operação, à medida em que os contingentes eram substituídos a preparação coletiva e individual era aprimorada.

No primeiro semestre de 2019, O Comando Militar do Sudeste (CMSE) compôs o 5º contingente da FT Log Hum, enviando cerca de 500 militares. A preparação conjunta da tropa ocorreu em Osasco-SP (4º Batalhão de Infantaria Leve), onde os militares assistiram a palestras de ambientação sobre a situação na fronteira com a Venezuela e receberam instruções sobre acolhimento de imigrantes, culminando com a participação em exercícios de simulação. A preparação à época já contou com o apoio e participação de agências, como o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) e a Organização Internacional de Migração (OIM) (PORTAL R3, 2019).

O Comando Militar do Oeste (CMO) integrou o 9º contingente da Operação Acolhida em 2020, e a preparação contou com intenso controle sanitário dos participantes em virtude da pandemia do coronavírus, além de instruções sobre as etapas de acolhimento, abrigamento e interiorização (CMO, 2020).

Em 2021, o CMSE voltou a atuar na Operação Acolhida compondo o 10º Contingente, com cerca de 430 homens. A preparação da tropa foi realizada também em Osasco-SP, desta vez nas instalações do 2º Batalhão de Polícia do Exército. Naquela oportunidade, os militares foram instruídos com palestras de ambientação sobre as características do local de atuação, orientações acerca das atividades no Posto de Triagem e de Saúde, bem como sobre a rotina dos abrigos e as atividades de interiorização. Foram também realizadas simulações de possíveis

situações vivenciadas nos abrigos. Além do apoio de agências como ACNUR e OIM, a preparação contou com a valiosa participação de militares Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) (SOCIEDADE MILITAR, 2020).

Cabe salientar que o CCOPAB realiza reconhecimentos e interações periódicas nos contingentes desdobrados em Roraima, visando captar as lições aprendidas e as melhores práticas, aplicando-as na preparação dos contingentes seguintes, aperfeiçoando seu desempenho (DEFESA EM FOCO, 2022).

A preparação do 13º contingente, constituído por cerca de 300 militares do Comando Militar do Nordeste (CMNE) e 200 militares do Comando Militar do Norte (CMN), foi realizada em 2022 e desenvolvida com uma série de instruções teóricas e práticas, acerca das regras de engajamento, dos aspectos jurídicos, do relacionamento com a população e com a imprensa, entre outros temas, com o intuito de prepará-los para as tarefas lá executadas (DEFESANET, 2022).

Percebe-se até aqui que, apesar do aspecto incomum da Operação Acolhida, a Força Terrestre buscou aprimorar a eficiência de sua atuação, por meio da constante atualização e capacitação de seus efetivos, com destaque para as experiências colhidas nas boas práticas, nas lições aprendidas e na observância das oportunidades de melhorias.

Entretanto, mesmo com o adestramento prévio praticado pelas tropas participantes, os contingentes iniciais encontraram dificuldades durante sua atuação. Em pesquisa realizada em 2019, RICARTE (2019) coloca as experiências de oficiais e praças que atuaram em vários contingentes da FT Log Hum. Em seus depoimentos esses militares apontam que mais de 85% dos integrantes de suas subunidades receberam instruções de nivelamento sobre a legislação que regula o trato com refugiados. Além disso, 95% dos militares acreditam na necessidade de pleno conhecimento acerca da legislação sobre trato com refugiados.

Na referida análise, RICARTE (2019) atesta também que, conforme apontado pelos comandantes de frações entrevistados, o emprego de frações na atividade requer preparação prévia que englobe as novas técnicas, táticas e procedimentos (TTP), conhecimentos sobre os direitos e deveres dos refugiados, limites de responsabilidade da tropa e o trato com a população civil estrangeira (questão cultural). Foi destacado também o treinamento das funções específicas de cada militar na operação, o contato com a mídia e a forma de atuar da ONU.



Infere-se, neste aspecto, que a preparação dos contingentes da Operação Acolhida a partir de 2018 vem se aperfeiçoando de forma dinâmica, acompanhando as evoluções das particularidades que envolvem a lida com refugiados.

#### 4.4 A ATUAÇÃO DO EB E OS REFLEXOS PARA O ADESTRAMENTO

A Força-Tarefa Logística Humanitária Roraima tem seu comando sediado em Boa Vista-RR, empregando 500 militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea Brasileira, que são substituídos trimestralmente, em sistema de rodízio, trabalhando diariamente nas ações de acolhimento dos imigrantes venezuelanos. A FT Log Hum estabeleceu ainda uma base em Pacaraima-RR que, juntamente com Boa Vista-RR, constitui as duas cidades mais afetadas pelo grande fluxo migratório venezuelano (OLIVEIRA, 2018).

As atividades desenvolvidas pelos contingentes do EB são aquelas relacionadas ao estabelecimento das estruturas e funcionamento dos abrigos e das diversas células de estado-maior já descritas anteriormente, como controle e identificação dos migrantes, acessos aos diversos setores, segurança e todos os desdobramentos operacionais e administrativos relacionados ao acolhimento, abrigamento e interiorização, tudo com a participação de diversas agências nacionais e internacionais de apoio a estas estruturas.

É justamente a interação com os estrangeiros e com os integrantes destas agências que trouxe aos contingentes empregados experiências e conhecimentos inéditos acerca das particularidades de uma operação de ajuda humanitária. Além disso, a presença de atores como a mídia nacional e estrangeira, bem como o efeito da opinião pública sobre as atividades desenvolvidas, faz perceber até mesmo nos menores escalões a importância da preparação prévia para a solução das situações e problemas militares ali vivenciados, o que refletiu de forma muito positiva para a preparação pessoal dos homens. Assim, passaremos a observar algumas considerações captadas junto a integrantes dos contingentes.

De acordo com FERREIRA e REIS, em pesquisa realizada em 2020 com militares participantes de diversos contingentes, quase 90% afirmaram ter recebido algum tipo de preparação prévia para atuar na Operação Acolhida. Observa-se aqui a já consolidada preocupação do EB na preparação de seus efetivos para atuar numa atividade de características tão particulares e totalmente inédita para a tropa. O mesmo percentual destes militares destacou que a experiência do contato com os venezuelanos seria de grande utilidade para o enfrentamento de situações de crises

com civis em um ambiente de guerra, desenvolvendo condutas a serem implementadas inclusive na atuação com as agências durante operações de ordem interna (FERREIRA e REIS, 2020).

Outra questão muito destacada na pesquisa de FERREIRA e REIS (2020) com os contingentes envolvidos na operação foi a importância do rodízio de tropas para a manutenção da saúde física e mental dos militares, pois a rotina das atividades foi considerada intensa e desgastante, potencializada pelo afastamento familiar, trato com problemas sociais extremos dos imigrantes, diminuição de privacidades e diferenças culturais.

Como já explorado em capítulo anterior, o EB vem buscando mitigar as dificuldades encontradas por seus efetivos. Um exemplo disso é a participação do CCOPAB no preparo e adestramento dos contingentes, acompanhando e captando in loco as oportunidades de melhoria. Isso refletiu no aporte de capacidade daquele Centro no apoio ao preparo, avaliação e certificação de tropas em Operações de Ajuda Humanitária, já que, conforme salientado por SOUZA e LOPES (2022), o CCOPAB possui vasta expertise em operações de paz e ajuda humanitária, fruto da experiência adquirida pelo Brasil nas missões sob a égide da ONU, como foi o caso da MINUSTAH, podendo assim auxiliar na transmissão do conhecimento adquirido na área de assuntos civis, coordenação civil-militar e ajuda humanitária para integrantes das forças armadas de nações amigas, promovendo a estabilidade regional e a paz e segurança internacional.

Outro reflexo a destacar é que, devido ao êxito da Operação Acolhida, o Brasil pode incrementar sua participação em foros multilaterais e mecanismos regionais, além da participação de seus contingentes, tanto do EB como das outras Forças Armadas e policiais, em missões de ajuda humanitária e operações de paz, no contexto de organismos internacionais multilaterais, como a ONU e OEA. (SOUZA e LOPES, 2022)

Conforme ressaltado por DE ARAÚJO e SPARTA (2020), a conjunção de sinergia dos atores envolvidos, a ética, a transparência e o respeito às diferenças das pessoas e das instituições, contribuiu para o pleno sucesso da missão e, certamente, servirão de base para revisão doutrinária e planejamentos futuros.

Nesse contexto, é importante citar os aprimoramentos efetivados nas normas que regem as condutas com civis, não combatentes e refugiados, a exemplo do Manual de Operações em Ambiente Interagências, editado em 2013. Esse

compêndio foi reeditado em 2020, como Manual de Operações Interagências. Nele já se verifica modificações importantes, na qual destacamos:

- a possibilidade de condução de ações cinéticas e não-cinéticas em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências;
- o uso de militares especialistas em Assuntos Cíveis como sensores de inteligência, devendo os mesmos coordenarem suas ações com a Seção de Inteligência do EM Cj;
- a atualização da abrangência das Operações Interagências em todas as fases do processo operativo,
- a disponibilidade, no Centro de Coordenação Civil-Militar (C<sup>3</sup>M), de um especialista em Proteção de Cíveis, capaz de coordenar as ações em todas as camadas de proteção de cíveis; e
- a presença de representantes das agências no C<sup>3</sup>M para avaliação e execução de planos de contingência, com eficiência e eficácia.

Apesar de tais atualizações terem sido motivadas não só pelas experiências da Operação Acolhida, como também pelas experiências em missões de paz internacionais, é pertinente apontá-las como reflexo das lições aprendidas naquela FT Log Hum.

Por fim, a Operação Acolhida foi, e ainda é, uma missão inédita para os militares brasileiros, que só tiveram contato com refugiados e deslocados território estrangeiro, quando em missões sob a égide da ONU. A rapidez na resposta do componente militar brasileiro, a qualidade dos abrigos instalados no perímetro urbano, a logística desenvolvida e a prestação de apoio médico de qualidade demonstram que a operação é um sucesso. (OLIVEIRA, 2018). Assim, trouxe aos contingentes empregados considerado aporte de experiência, com reflexo no aperfeiçoamento de técnicas tática e procedimentos, estabelecimento de novas condutas, atualizações de doutrina e consolidação da imagem do Exército.

## **5 RECOMENDAÇÕES**

A ajuda humanitária desenvolvida em Roraima não possui somente finalidade bélica em si, mas também a função para que se destinou o Exército Brasileiro, pondo à prova sua capacidade logística e de administração, semelhante as habilidades necessárias em um Teatro de Operações em tempos de guerra, encargos tão essenciais quanto a competência combativa (FERREIRA e REIS,

2020). Por tanto, recomenda-se a constante observação e avaliação dessas oportunidades de emprego real, como é o caso da Op Acolhida.

Além disso, a operação envolveu diversos órgãos governamentais e não-governamentais, o que constantemente agrega para a Força conhecimentos e competências necessárias para o aprimoramento de seus processos, junto a instituições que detêm a expertise em áreas de interesse do Exército, facilitando sua atuação até mesmo nas situações em que precise atuar sem o apoio destes órgãos.

Ao encontro do citado por FERREIRA e REIS (2020), cresce de importância para os contingentes do Exército Brasileiro a participação na FT Log Hum, onde tem a oportunidade de se adestrar em uma situação real de crise humanitária, colhendo ensinamentos diante das demandas, aprendendo a lidar com as carências das populações em estado de extrema necessidade e ainda promovendo a imagem da Instituição perante a população civil da Venezuela e do Brasil.

Recomenda-se, ainda, conforme destacado por RICARTE (2019), que sejam realizados constantes adestramentos com simulações de eventos ocorridos em operações como a Acolhida, para que se possa ter uma melhor preparação dos envolvidos em todas as atividades e um acompanhamento cerrado pelo Escalão Superior, mitigando as deficiências e evitando situações que possam comprometer a imagem da força.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os intensos deslocamentos populacionais alteram a dinâmica das fronteiras e causam impactos sociais nos países de destino dos imigrantes, principalmente quando provocados por situações de crise. Os problemas na fronteira, como os crimes transnacionais, tendem a aumentar, ao mesmo tempo que as autoridades migratórias e alfandegárias atuam com dificuldade na condução de suas missões constitucionais (OLIVEIRA, 2018). Nesse contexto, é muito provável que as Forças Armadas brasileiras venham a ser empregadas mais frequentemente, visando mitigar os efeitos negativos da entrada crescente de imigrantes nas fronteiras brasileiras, como é o caso da fronteira Brasil-Venezuela.

Considerando as projeções futuras prospectadas para as regiões fronteiriças do país, pode-se inferir que a situação encontrada junto à fronteira com a Venezuela, apesar de seu ineditismo, merece ser analisada como uma possível hipótese de emprego das Forças Armadas Brasileiras em toda sua faixa norte de

fronteira (FERREIRA e REIS, 2020), o que exigirá uma constante observância dos níveis de prontidão e aprestamento do EB.

Entretanto, o Exército Brasileiro mostrou-se capaz de mobilizar-se para atuar com contingentes diversificados numa operação absolutamente atípica, sem oferecer solução de continuidade na mais importante missão que já vem desenvolvendo naquela região: garantir a soberania de nossas fronteiras e a integridade territorial do país.

É importante considerar que, num primeiro momento, atividades como as desenvolvidas na Operação Acolhida podem parecer fora da finalidade do EB, principalmente por não se relacionarem com ações típicas de Operações de Guerra. Entretanto, tais atividades podem e devem ser encaradas como sólida preparação para a nova realidade dos conflitos atuais, onde a população civil se faz presente dentro das cidades, inserida no campo de batalha, influenciando de forma decisiva nas ações das tropas e no desfecho do conflito como um todo (FERREIRA, REIS, 2020).

Diante das dificuldades e da dimensão da tarefa recebida, a Operação Acolhida descortina-se como uma oportunidade ímpar para o adestramento dos contingentes e da logística do Exército, em virtude dos diversos óbices a serem superados, como as grandes distâncias e a escassez de recursos e suporte local disponíveis naquela região (FERREIRA e REIS, 2020).

Por fim, a relevância do tema concita os decisores e assessores de mais alto nível a permanecer em constante observância do desempenho da tropa em todas as oportunidades de emprego real, seja em situações de guerra ou não guerra, bem como o uso de todas as ferramentas disponíveis para o aprimoramento da doutrina, buscando soluções viáveis para manutenção de um exército forte e preparado, dotado de material moderno e pessoal capacitado em todos os ambientes de conflito.

## REFERÊNCIAS

**Base legal da Operação Acolhida**, Casa Civil, 2022. Disponível em [https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/copy\\_of\\_base-legal-1](https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/copy_of_base-legal-1). Acesso em 20/08/2022.

BRASIL. Exército Brasileiro, COTER. **EB 20-MC-10.201 Operações em ambiente interagências**. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro, COTER. **EB 70-MC-10.223 Manual de Campanha - Operações**. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro, COTER. **EB 70-MC-10.248 Operações interagências**. Brasília, 2020.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro, COTER. **EB 70-MC-10.251 Assuntos Cívicos**. Brasília, 2021.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro, COTER. **Emprego do Exército Brasileiro na Operação Acolhida - enfoque na organização e no funcionamento das estruturas montadas para atender os imigrantes - (compêndio)**. Brasília, 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.684, de junho de 2018**. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Diário Oficial da União Nº 119, Seção 1, p.2. Brasília, DF, 22/06/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial da União, Edição Extra nº 1, Seção 1, p. 1. Brasília-DF, 10/06/1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Cenários de Defesa 2020-2039**. Assessoria, Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **Concepção Estratégica do Exército**. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Federal**. Brasília, 1988.

**CCOPAB realiza reconhecimento para o preparo do 13º Contingente da Operação Acolhida**. Defesa em Foco, 2022. Disponível em <https://www.defesaemfoco.com.br/ccopab-realiza-reconhecimento-para-o-preparo-do-13o-contingente-da-operacao-acolhida/>. Acesso em 27/03/2022.

**Comando Militar do Nordeste inicia preparação da tropa que assumirá o 13º Contingente da Operação Acolhida**. Defesanet, 2022. Disponível em <https://www.defesanet.com.br/aciso/noticia/43368/Comando-Militar-do-Nordeste-inicia-preparacao-da-tropa-que-assumira-o-13--Contingente-da-Operacao-Acolhida-/>. Acesso em 18 /04/2022.

CRUZ JÚNIOR, Sidmar José. **A Operação Acolhida e a imigração venezuelana em Roraima**. Revista Pensar Acadêmico, vol. 17, setembro/dezembro de 2019. Disponível em <http://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/pensaracademico/article/view/1133/1285>. Acesso em 13/05/2022.

DE ARAÚJO, Laércio Eduardo. SPARTA, Danielle Morais Bourguignon. **Força-tarefa logística humanitária “Operação Acolhida”: a atuação do Exército Brasileiro**. Brazilian Journal of Development. Curitiba, 2020.

**Exército em São Paulo prepara, pela segunda vez, contingente para acolher imigrantes venezuelanos em Roraima**. Sociedade Militar, 2020. Disponível em <https://www.sociedademilitar.com.br/2020/11/exercito-em-sao-paulo-prepara-pela-segunda-vez-contingente-para-acolher-imigrantes-venezuelanos-em-roraima.html>. Acesso em 23/05/2022.

FERREIRA, Carlos Alberto Mantovani. REIS, Anderson Eduardo e Souza. **A importância do emprego do Exército Brasileiro na crise de Refugiados venezuelanos para o adestramento da tropa**. Biblioteca do Exército, 2020. Disponível em <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/8336>. Acesso em 16/06/2022.

KANAAN, Georges Feres. **Operação Acolhida: a maior Operação Conjunta-Interagências e de natureza humanitária no Brasil**. Revista Doutrina Militar Terrestre, 2019.

MENDONÇA, Giuliano Gil Lima. **A crise na Venezuela, seus desdobramentos e o emprego da Força Humanitária: a participação do Exército Brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Ciências Militares - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 2020.

**Militares do Vale irão integrar o 5º contingente da Operação Acolhida em Roraima.** Portal R3, 2019. Disponível em <https://www.portalr3.com.br/2019/04/militares-do-vale-integram-5-contingente-da-operacao-acolhida-em-roraima/>. Acesso em 10/07/2022.

OLIVEIRA, George Alberto Garcia. **A Utilização do Componente Militar Brasileiro Frente à Crise Migratória da Venezuela**. Revista Military Rewiel. 2018.

**Operação Acolhida, Casa Civil, 2022.** Disponível em <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida>. Acesso em 13/06/2022.

PONTES, Adriano de Andrade. HECKSHER, Gustavo Megale. **A Operação Acolhida como instrumento de estabilidade, segurança e proteção da faixa de fronteira Brasil-Venezuela**. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola Superior de Defesa. Brasília, 2020.

**Preparação do 9º Contingente Operação Acolhida.** Comando Militar do Oeste (CMO), 2020. Disponível em <https://www.cmo.eb.mil.br/index.php/publicacoes/1856-preparacao-do-9-contingente-da-forca-tarefa-logistica-humanitaria>. Acesso em 07/06/2022.

RICARTE, Alexandre de Ávila. **A preparação da Companhia de Fuzileiros de Selva para seu emprego no controle de movimento de pessoas, no âmbito da Operação Acolhida no Estado de Roraima**. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Ciências Militares - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, Orlando Mattos Sparta de. LOPES, Roger Regufe Gonçalves. **Operação Acolhida: a resposta do Estado brasileiro diante da crise humanitária venezuelana e suas consequências para a Defesa Nacional**. A Defesa Nacional, n. 846, 24 jan 2022.

SALAZAR, Allan Danilo Paiva. **As contribuições da Operação Acolhida para a segurança e defesa nacional no âmbito da Política Nacional de Defesa**. Policy Paper. Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

SOUZA, Lucas Bastos de. **O papel da Cooperação Civil-Militar (CIMIC) na crise dos refugiados venezuelanos: análise do preparo da tropa para realizar ações**



**CIMIC no âmbito da Operação Acolhida.** Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Ciências Militares - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 2020.

SOUZA, Lucio Alves de. **Uma análise do processo decisório, do planejamento e da execução da Operação Acolhida.** Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2019.

TORRES, Michelângelo. **A Crise na Venezuela e as Ações do Governo Brasileiro por meio da Operação Acolhida.** Curso de Especialização em Relações Internacionais. Universidade de Brasília. Brasília, 2020.

YAMASHITA, Roderik. **As principais mudanças nas ações de apoio à crise de refugiados venezuelanos, na fase de abrigamento, durante a pandemia de Covid-19 no Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2021.